



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

*Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 27 /2020**

Institui o prêmio "Município Referência em Atenção Básica à Saúde" e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado do Amazonas, o Prêmio "Município Referência em Atenção Básica à Saúde", que será outorgado e entregue pelo Poder Legislativo do Estado do Amazonas anualmente no dia 07 de abril (Dia Mundial da Saúde), ou no dia útil mais próximo, em sessão solene a ser realizada no Plenário da Assembleia Legislativa do Amazonas, especialmente convocada para esse fim.

**Art. 2º** São objetivos do Prêmio "Município Referência em Atenção Básica à Saúde":

I – incentivar a adesão dos Municípios do Estado do Amazonas ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pelo Governo Federal por meio da Portaria do Ministro de Estado da Saúde nº 1.645, de 2 de outubro de 2015;

II – homenagear os Municípios que já aderiram ao PMAQ-AB e alcançaram a certificação prevista no referido programa;



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

***Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis***

III - manifestar apoio a um processo contínuo e progressivo de melhoramento dos padrões e indicadores de acesso e de qualidade que envolvam a gestão, o processo de trabalho e os resultados alcançados pelas equipes de saúde da atenção básica;

IV – manifestar apoio a uma cultura de negociação e contratualização que implique na gestão dos recursos de acordo com os compromissos pactuados e nos resultados alcançados;

V - estimular a efetiva mudança do modelo de atenção, o desenvolvimento dos trabalhadores e a orientação dos serviços em função das necessidades e da satisfação dos usuários;

VI - envolver, mobilizar e responsabilizar os gestores estaduais, municipais, e as equipes de saúde de atenção básica e os usuários num processo de mudança de cultura de gestão e qualificação da atenção básica;

VII – ressaltar o caráter voluntário de adesão tanto por parte das equipes de saúde da atenção básica quanto pelos gestores municipais, tendo em vista que seu êxito depende da motivação e proatividade dos atores envolvidos.

**Art. 3º** O Prêmio de que trata o artigo 1º será realizado em duas modalidades:

I – uma homenagem solene aos Municípios que aderiram, no último ano, ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pelo Governo Federal por meio da Portaria do Ministro de Estado da Saúde nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

***Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis***

II – uma menção honrosa aos Municípios que já aderiram ao PMAQ-AB, já alcançaram a certificação prevista no referido programa e que tenham mais de 75% de suas equipes de Atenção Básica aderidas ao PMAQ-AB e com, no mínimo, 50% das equipes certificadas como acima da média, nos termos da Portaria do Ministro de Estado da Saúde nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011, em especial o previsto em seus artigos 14 a 16 dessa portaria.

**Parágrafo único.** Os municípios que tiverem aderido ao programa em data anterior à vigência desta resolução também farão jus à homenagem prevista no inciso I deste artigo, sendo que neste caso a láurea ocorrerá quando da realização da primeira cerimônia de outorga do prêmio.

**Art. 4º** A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas firmará Termo de Cooperação com o Ministério da Saúde para a obtenção de informações a respeito das estatísticas do PMAQ-AB, possibilitando a implementação do disposto nesta resolução.

**Art. 5º** Os recursos orçamentários de que trata esta resolução serão provenientes do orçamento do Poder Legislativo do Estado do Amazonas.

**Art. 6º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 11 de agosto de 2020.

**Dra. Mayara Pinheiro Reis**

Deputada- PP

2º Vice Presidente



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

*Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis*

## **JUSTIFICATIVA**

Em 19 de julho de 2011, o Ministério da Saúde lançou, por meio da Portaria nº 1.654, do Ministro de Estado da Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), modificado pela Portaria n.º 1.645, de 2 de outubro de 2015 que se insere no âmbito da Nova Política Nacional de Atenção Básica “Saúde Mais Perto de Você”.

O PMAQ-AB procura promover a instituição de processos que ampliem a capacidade das gestões federal, estaduais e municipais, além de incentivar a atuação das Equipes de Atenção Básica (EAB), por ocasião da oferta de serviços que assegurem maior acesso e qualidade, de acordo com as necessidades concretas da população.

O Programa objetiva induzir a implantação de padrões de acesso e qualidade em cada equipe de atenção básica e unidade básica de saúde que sejam passíveis de comparação local, municipal, regional e nacional.

Além disso, reorienta o financiamento da Atenção Básica na medida em que, pela primeira vez, esses recursos são repassados para aqueles municípios em função da quantidade de equipes que participam do programa e do resultado que elas alcançam em procedimentos de avaliação.

Vale ressaltar, portanto, que o Programa desempenha seu objetivo de maneira transparente, justamente para permitir o envolvimento e a participação de todos, inclusive do usuário e dos conselhos locais de saúde.

O PMAQ está organizado em quatro fases que se complementam e que conformam um ciclo contínuo de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: Adesão e Contratualização; Desenvolvimento; Avaliação Externa; e Recontratualização.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

***Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis***

A primeira fase do PMAQ consiste na etapa formal de adesão ao Programa, mediante a contratualização de compromissos e indicadores de saúde a serem firmados, primeiro, entre as Equipes de Atenção Básica e os gestores municipais, e destes com o Ministério da Saúde num processo que envolve pactuação local, regional e estadual e a participação do controle social. A adesão é voluntária e se precisa do acordo entre os membros da equipe e a gestão municipal, expresso num termo de compromisso que deve estar assinado por ambos.

A segunda fase consiste na etapa de desenvolvimento do conjunto de ações que serão empreendidas pelas Equipes de Atenção Básica, pelas gestões municipais e estaduais e pelo Ministério da Saúde, com o intuito de promover os movimentos de mudança das práticas de gestão, atenção, educação e participação e que produzirão a melhoria do acesso e da qualidade da Atenção Básica. É nesse momento que os padrões de qualidade do programa servem de referência para equipes e gestão que buscam implantá-los em cada UBS. Esta fase está organizada em quatro dimensões: auto avaliação; monitoramento; educação permanente; e apoio Institucional.

A terceira fase consiste na avaliação externa que será a fase em que se realizará um conjunto de ações que averiguará as condições de acesso e de qualidade da totalidade de municípios e Equipes da Atenção Básica participantes do Programa.

Na terceira fase do programa as equipes de atenção básica são avaliadas por uma combinação de instrumentos pré-pactuados que incluem monitoramento de indicadores de saúde, avaliação de informações alimentadas em sistema pelas próprias equipes e gestores municipais, entrevistas presenciais com o avaliador da qualidade com usuários e trabalhadores, além da checagem de informações e avaliação das condições, estruturas, equipamentos e medicamentos nas UBS.





***Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis***

Dessa avaliação resulta numa certificação, conforme o desempenho alcançado, considerando três dimensões: (a) implementação de processos auto avaliativos, (b) verificação do desempenho alcançado para o conjunto de indicadores contratualizados e (c) verificação de evidências para um conjunto de padrões de qualidade.

A certificação é norteada por parâmetros que permitam a comparabilidade de desempenho entre equipes, a partir da verificação das médias de desempenho, considerando as três dimensões definidas. Mas, considerando a diversidade de cenários socioeconômicos, epidemiológicos e demográficos entre os municípios brasileiros, são consideradas, nos processos de avaliação, as diferenças dos municípios participantes e as especificidades de respostas demandadas aos sistemas locais de saúde e às EAB.

Com o intuito de assegurar maior equidade na comparação das EAB no processo de certificação, os municípios são distribuídos em seis estratos que levam em conta aspectos sociais, econômicos e demográficos. Assim, para a certificação, os municípios menores e mais pobres não são comparados com os maiores e mais ricos. O município de um estrato é comparado somente com seus pares daquele estrato, pois a média que serve para essa certificação é a média do estrato.

As equipes de atenção básica são classificadas em quatro categorias:

- Desempenho muito acima da média: equipes cujo resultado alcançado foi maior do que +1 (mais um) desvio padrão à média do desempenho das equipes em seu estrato.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

***Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis***

- Desempenho acima da média: equipes cujo resultado alcançado foi maior do que a média e menor ou igual a +1 (mais um) desvio padrão da média do desempenho das equipes em seu estrato;
- Desempenho mediano ou abaixo da média: equipes cujo resultado alcançado foi menor do que a média do desempenho das equipes de saúde do seu estrato;
- Desempenho insatisfatório: não cumprimento dos compromissos mínimos assumidos na adesão ao programa por meio do Termo de compromisso;

As equipes com desempenho muito acima da média asseguram um repasse adicional de 100% do componente de qualidade do PAB-Variável (R\$ 11.000,00), ao mês, para os municípios. Com desempenho acima da média o valor mensal adicional por equipe é de 60% do componente de qualidade do PAB-Variável (R\$ 6.600,00), para desempenho mediano ou abaixo da média é de 20% (R\$ 2.200,00) e para desempenho insatisfatório não há transferência de recursos.

É importante notar que, ao aderir, antes mesmo da avaliação, o município já passa a receber 20% do componente de qualidade. Esse valor poderá ser alterado quando de sua certificação do modo como foi relatado acima.

E, finalmente, a quarta fase é constituída por um processo de pactuação singular das equipes e dos municípios com o incremento de novos padrões e indicadores de qualidade, estimulando a institucionalização de um processo cíclico e sistemático a partir dos resultados alcançados pelos participantes do PMAQ.

A média de adesão nacional ficou em torno de 52% das equipes de atenção básica sendo que estados como Santa Catarina chegaram a uma adesão de 79%.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

***Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis***

Nesse sentido, tendo em vista a relevância da adesão dos municípios amazonenses ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), o qual tem um potencial inegável de promover a integração entre os entes federativos, premiando os municípios pela sua iniciativa e desempenho, justifica-se a propositura do presente projeto de resolução.

Sendo assim, espera-se contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura, a qual será oportunamente regulamentada pela Mesa Diretora desta Casa de Leis, após sua aprovação e publicação, conforme previsto no Art. 4º do projeto de resolução ora proposto.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 11 de agosto de 2020.



**Dra. Mayara Pinheiro Reis**

Deputada- PP

2º Vice Presidente